

CULTURA DE PAZ E ENSINO RELIGIOSO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

*Francisco Daniel Pereira Leão
Cesar Peres*

Introdução

O ambiente escolar é um espaço em que circulam não somente conhecimentos científicos, acumulados nos decorrer da História, mas também, sentimentos, desejos, preconceitos, doutrinas, problemas pessoais e de trabalho, posições políticas e religiosas, crianças, adolescentes, jovens e adultos, que tentam conviver num universo efervescente, marcado por conflitos.

Não é a função da escola homogeneizar uma visão de mundo, destituindo o ser humano de sua infinitude, como falava Paulo Freire (1983). É objetivo do espaço escolar educar cidadãos que possam conviver pacificamente em sociedade, e que em vez de cerrar os punhos e pegar em armas possam dialogar.

Conflitos internos e externos estão presentes na existência de cada pessoa, sendo necessários para a evolução espiritual, social, biológica, racional e em todas as dimensões que circundam a condição humana. Saber administrar os conflitos e crescer com eles, sem prejudicar o outro, esse é o desafio maior do ato de educar.

Nossa inquietação, enquanto docentes da disciplina Ensino Religioso, consiste em buscar elementos que nos ajudem a responder essa questão: como o Ensino Religioso pode contribuir para a promoção da paz, ante os desafios do ato de educar na contemporaneidade? Por fim, faremos uma síntese sobre aspectos importantes da disciplina, clareando o entendimento para se chegar a uma resposta possível.



Construindo uma Identidade

O Ensino Religioso não é o Ensino de Religião ou das Religiões na escola, mas disciplina científica do currículo escolar centrada na antropologia religiosa, que atende a uma sociedade pluralista e laica, de acordo com o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), revisto em 1997 pela Lei nº 9.475, de 1997.

Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Ensino de religião na escola pública é um ato de violência, pois nega a diversidade religiosa e contraria o princípio constitucional do Estado Laico. O ideal legal é bem claro, mas o fato é que em sala de aula vários modelos caracterizam atualmente o Ensino Religioso. Não são posições absolutas, mas tendências que vão se mesclando e definindo essa área de conhecimento, exemplos: a confessional (que tem a missão de formar fiéis de uma determinada religião); interconfessional (defende os valores evangélicos dentro de uma convivência ecumênica entre as igrejas cristãs e o diálogo com outras tradições religiosas); fenomenológico (estuda os fenômenos religiosos, sem o auxílio da fé).

Ensino Confessional

Esse modelo usa o espaço escolar tendo como finalidade fazer seguidores, é a evangelização e a catequese desta ou daquela religião. O Ensino religioso confessional é um novo

termo para o ensino da religião que foi trazido pelos jesuítas no século XVI e predominou até o século XX. Atualmente esse modelo persiste em algumas instituições públicas e privadas.

O ensino confessional tem uma cosmovisão unirreligiosa impedindo que o educando adquira outras concepções de mundo. O método da doutrinação impõe verdades absolutas contrapondo o pensar crítico e reflexivo que deve estar presente no contexto educacional. Sendo as confissões religiosas responsáveis por esse ensino, certamente tem como objetivo a sua própria expansão. O professor não é visto como um profissional, mas como um missionário.

Com um mundo heterogêneo de crenças religiosas, culturais, filosóficas e científicas, esse modelo caiu no ostracismo. Pouco contribui para uma cultura de paz, apesar das boas intenções, e dos grandes ensinamentos das tradições cristãs. Isso porque nega o conhecimento de outras maneiras de conceber o Transcendente, é um estudo mais metafísico, que tenta anular as tensões e conflitos. Como podemos amar algo que desconhecemos? Como dialogar com algo que ignoramos?

Ensino Interconfessional

A partir dos anos 1970 foi se desenvolvendo uma nova concepção de Ensino Religioso que tentou superar a prática catequética. As denominações cristãs buscam encontrar pontos comuns, sendo o referencial teórico as ciências humanas e a teologia passa a ser o eixo principal e não mais a doutrina específica de uma denominação religiosa. Essa visão de ecumenismo cristão vai sendo ampliada para outras tradições religiosas, tornando-se de caráter universal.

O objetivo do Ensino Religioso interconfessional é a formação antropológica da religiosidade. A concepção do re-



ligare é a tentativa de religar o ser humano a Deus, entendendo que a religião é algo imprescindível à formação integral da pessoa.

Esse modelo de Ensino Religioso apresenta vários limites, o primeiro é enxergar a religiosidade sob a ótica cristã. Há um enquadramento desse fenômeno, correndo o risco de compreender o particular como algo universal. O segundo limite está em saber o que o discente necessita, por sua própria constituição antropológica, da ordenação e formação religiosa, esquecendo-se que existem posições ateístas e agnósticas.

Somente com a humildade em se reconhecer no outro, seja crente – descrente; negro – branco; homem – mulher faz-nos perceber que somos todos um, mesmo com nossas diferenças de gêneros, étnicas, sociais e religiosas. Esse reconhecimento impossibilita a violência e gera uma cultura de paz.

Modelo Fenomenológico

O Ensino Religioso, a partir de 1995, com a implantação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, vive uma transição de paradigmas que busca conquistar a autonomia epistemológica e pedagógica diante sua posição na comunidade científica, dos sistemas de ensino e no ambiente escolar. A concepção fenomenológica tem essa disciplina dentro do entendimento do relegere, que significa reler o fenômeno religioso no ambiente sociocultural.

Nesse sentido, o Ensino Religioso, enquanto disciplina, enquadra-se no padrão comum a todas as outras áreas do conhecimento, ou seja, tem objeto de estudo próprio: o fenômeno religioso; conteúdo próprio: o conhecimento religioso; tratamento didático próprio: didática do fenômeno religioso; objetivos próprios; metodologias e sistemas de avaliação [...]. (PARÂMETROS, 2009, p.9).

Nesse modelo, não difere do padrão comum a todas as outras áreas do conhecimento. O objeto de estudo, o conteúdo e o tratamento didático são direcionados pelo fenômeno religioso.

Por fenômeno religioso entende-se o processo de busca que o ser humano realiza na procura de transcendência, desde a experiência pessoal do Transcendente até a experiência religiosa na partilha de grupo; desde a vivência em comunidade até a institucionalização pelas Tradições Religiosas. (FONAPER, p.16)

A necessidade do Ensino Religioso, enquanto disciplina escolar, não é o direito do discente a educação religiosa por ele professar uma fé, nem tampouco defender que a religiosidade é algo inerente ao ser humano, e que deve ser aperfeiçoada em sala de aula.

Trata-se de reconhecer, sim, a religiosidade e a religião como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordados no conjunto das demais disciplinas escolares por razões cognitivas e pedagógicas. O conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo, no caso, estar sob a responsabilidade dos sistemas de ensino e submetido às mesmas exigências das demais áreas de conhecimento que compõe os currículos escolares (PASSOS, 2007, p.32.)

O objetivo do Ensino Religioso fenomenológico é a educação do cidadão e não a sua formação religiosa doutrinária, ou a expansão das igrejas. A responsabilidade por essa disciplina é do Estado não da comunidade científica e das igrejas, por isso, em sala de aula existe o professor (profissional) e não o missionário. Esse modelo encontra-se mais sintonizado com a sociedade secularizada e plural do século XXI.

A Escola, Espaço de Disseminação Ideal para a Cultura de Paz

A escola, enquanto espaço de socialização do conhecimento, tem a responsabilidade de fornecer as informações e responder aos aspectos principais do fenômeno religioso. É essência desse ambiente a disseminação da cultura de paz, mediada pelo ensino da alteridade e da práxis dialógica.

Compreende-se que o ser humano vai se humanizando e se constituindo pessoa em teias de relações entre conhecimentos e experiências, consigo e com os outros. A educação deve quebrar o isolamento e o individualismo, proporcionando a solidariedade dos existires, contribuindo com a formação de cidadãos abertos a pluralidade.

A cultura de paz não fica restrita a uma utopia, a um campo metafísico, mas como possibilidade. Não se entende o outro como inferno (como pensava Sartre) ou, um homem sendo lobo do outro (como imaginava Hobbes). Defende-se que a sociedade humana pode ser o “melhor dos mundos possíveis” quando desmesuradamente ensinarmos e viver, em nossas escolas, o diálogo e a compaixão.

A cultura da negação do outro não se encontra cristalizada totalmente em nossa sociedade. Um novo paradigma é possível e pode ser alcançado através da experiência do diálogo e da reverência em nossas escolas, possibilitando uma geração que sabe escutar, aceitar e conviver com o outro em sua diversidade. O universo onírico em que um discente candomblecista se sente próximo ao amigo protestante, o católico que estando ao lado, tem amizade com os dois, sob o mesmo teto convivem várias crenças e descrenças, cada um respeitando o outro. O espaço escolar é ideal para incentivar esse diálogo.

O Ensino Religioso para que excite o diálogo e a cultura de paz necessita que o professor esteja aberto à pluralidade, e

que seja fiel aos princípios que fundamentam essa disciplina: o conhecimento do fenômeno religioso, a alteridade, a diversidade e o Estado Laico.

Humano, um Ser Religioso

O século XXI não está menos religioso que o século XX. O reflorescimento das grandes tradições religiosas e o surgimento de outras espiritualidades contradiz as projeções ateístas de movimentos como o existencialismo ateu, o humanismo secular, o niilismo, o positivismo lógico, o anarquismo e o marxismo. Estes últimos proclamavam um novo estágio para a humanidade: o sem Deus ou sem religião.

Atualmente é quase consenso não se falar em fim das religiões, mas em maneiras diferentes de busca espiritual. “A reviravolta antropológica do mundo não pode ser lida como crise da fé, nem como exclusão de Deus do mundo, interpretando-o como uma irrealdade. A secularização pode ser vista como nova oportunidade para repropor a questão de Deus.” (SANDRINI, P.145, 2009).

A natureza e as expressões do fenômeno religioso são objetos crescentes de interesses em pesquisas científicas, por exemplo: História das religiões, Fenomenologia da religião, Psicologia religiosa, Sociologia religiosa, Filosofia da religião e Ciência das religiões. Há um entendimento para a maioria desses pesquisadores que “o ser humano possui o instinto religioso, portanto, tem necessidade do Sagrado.” (SCHLÖGL, 2009, p.20).

Somente uma mutabilidade da espécie humana possibilitaria a ausência religiosa no devir histórico, pois até agora suas manifestações são percebidas em todas as épocas e culturas (DURKHEIM, 1978). Na religião, o indivíduo encontra o sentido mais profundo de sua existência (JUNG, 1978) sendo



que “o religioso constitui-se num dos eixos explicativos da realidade da existência humana” (SENA, 2007, p.114).

O conhecimento da religiosidade e da religião é um patrimônio da humanidade que deve estar à disposição da escola, pois o estudo científico desse fenômeno é tão laico quanto qualquer outro inscrito na esfera das ciências. O Ensino Religioso, em uma concepção fenomenológica, é o resultado da transposição didática, em sala de aula, dos resultados obtidos pela Ciência da religião.

É uma área do conhecimento que goza de autonomia teórica e metodológica, fazendo parte do processo educacional, assim como o conhecimento da Matemática, da História e da Política. A inserção do estudo do Ensino Religioso significa romper com uma laicidade da ignorância a uma laicidade de inteligência.

A defesa do Ensino Religioso, enquanto disciplina escolar, fundamenta-se em reconhecer a religião e religiosidade como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordadas na escola por razões cognitivas e pedagógicas. A problemática em discutir a autonomia

do Ensino Religioso encontra-se no fato de que, no decurso de sua história, ele não foi concebido como elemento integrante de uma área maior como a educação (OLIVEIRA, 2007, p.99).

O Ensino Religioso, conforme a proposta dos PCNER deve possibilitar ao educando conhecimentos básicos religiosos expressos na sociedade, é um instrumento que auxilia na superação das contrariedades de respostas isoladas de cada cultura. Compete à escola integrar os vários níveis de conhecimento. Isso porque “conhecer significa captar e expressar as dimensões da comunidade de forma cada vez mais ampla e integral” (FONAPER, 2009, p.44)

A Educação Religiosa amplia o conhecimento sobre a visão da realidade, possibilitando mais um modo de discutí-la. De acordo com Yus (2002) a personalidade global de cada criança deve ser considerada – é o que se designa por educação integral ou holística. O ser humano vai se constituindo em teias de relação entre conhecimentos e experiências, consigo e com os outros, pois a “busca do Ser Mais [...] não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires” (FREIRE, 1983, p.86).

Saber Conviver com as Diversidades

A globalização aproximou os povos, proporcionando a troca de experiências, de informações e conhecimentos. O Ensino Religioso deve promover o diálogo intercultural e inter-religioso escolar, possibilitando o respeito à identidade e à alteridade na sociedade. É um

componente curricular que visa discutir a diversidade e a complexidade do ser humano como pessoa aberta às diversas perspectivas do sagrado presentes nos tempos e espaços histórico-culturais (OLIVEIRA, 2007, p.34).

O Brasil é caracterizado pela grande diversidade religiosa: religiões indígenas – religiões mediúnicas e de possessão – catolicismo – religiões evangélicas – neorreligiões do Brasil e no Brasil – religiões de minorias étnicas (BRANDÃO, 1993). É vital ao cidadão

compreender o pluralismo religioso presente na sociedade brasileira e de interagir com ele, em uma atitude de respeito e de valorização das diversas opções religiosas nela existentes (SENA, 2007, 131).

A pluralidade se faz presente nas escolas, sendo comum a não aceitação do outro por suas convicções religiosas, filóso-

ficas; opções sexuais; condição social e/ou étnica. A negação do outro não pode ser considerado simplesmente como opinião, mas é ideologia que visa suprimir direitos e exterminar determinados grupos de pessoas.

Todo aquele que se torna fundamentalista, laicista, machista, classista é um transgressor da boa sociabilidade e da própria natureza humana, a escola torna-se espaço de desumanização ao ser conivente com essa realidade. Por isso “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a forma dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2001, p.67).

Aristóteles (*Política*, cap.I, Livro I) afirma que “o homem é por natureza um animal social”, fato percebido pelo filósofo grego na Antiguidade e corroborado até os dias atuais. É na relação “EU-TU” (BUBER, 1982) que o ser humano constitui-se pessoa. No relacionamento recíproco da alteridade as pessoas se despertam, uma se faz presente na outra. “O erro mais trágico e persistente do pensamento humano é o conceito de que as ideias são mutuamente exclusivas” (FONAPER, 2009, p.32-33).

A intolerância é a exaltação falsa do eu em detrimento do tu, resultando na destruição de todos. O diálogo continua sendo um desafio, pois persiste o estado jardineiro que seleciona e descarta aqueles tidos como anormais (BAUMAN, 1999). “Trata-se de uma cultura fortemente centrada em sua própria identidade, a ponto de quase não sobrar lugar para o diferente dela” (BOFF, 2005, p.1).

Concomitantemente ao renascimento da religião ocorre uma temerosidade diante do deus que possa surgir. Um deus projetado para interesses de grupos, semeador de terror e catástrofes, feito à imagem e semelhança dos terroristas. A convivência democrática em uma sociedade plural exige respeito

às diferenças, por isso “um dos desafios da Escola é conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade brasileira” (FONAPER, 2009, p.58).

O diálogo no espaço escolar propicia o acolhimento e a empatia, remove preconceitos, extermina fundamentalismos, suscita compreensão e traz conhecimento mútuo. Livra o indivíduo do autoritarismo como também da licenciosidade. A virtude da tolerância aprende-se experimentando.

Não é meta do diálogo a homogeneização de ideologias ou crenças religiosas, mas estabelecer as bases do entendimento para conviver em harmonia. Não dá para transpor essa questão, já que se têm poucas opções, pois “não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 1993, p.7).

É essência do diálogo a busca por um consenso em que se preserve e salvasse a diferença e a liberdade. Um encontro que exige o desarmamento para abertura aos enriquecimentos múltiplos efetivando diretamente a cultura de paz. “Trata-se de uma experiência humana fundamental e passagem obrigatória no caminho da auto-realização do indivíduo e da comunidade humana” (TEIXEIRA, 2007, p.3).

O diálogo inter-religioso necessita partilha de vida, “o que perfaz um verdadeiro diálogo não é termos experimentado algo novo, mas termos encontrado no outro algo que ainda não havíamos encontrado em nossa própria experiência de mundo” (GADAMER, 2002, p.247). A efetivação dessa consciência da humildade requer o ensino e a prática da hospitalidade a ser praticado no ambiente educacional escolar.

É imprescindível em nossas escolas profissionais que promovam o ensino do diálogo com o diferente as crianças e jovens para a paz. Não dá para fugir dessa responsabilidade ou simplesmente negá-la. O Ensino Religioso, em sua própria

essência, é disciplina inserida e comprometida nessa causa. Por vezes é desfigurado ao ser ministrado, com práticas sectárias de doutrinas religiosas ou ideologias ateístas.

O aspecto religioso não pode ficar à margem da educação escolar, é necessário profissionais comprometidos com o respeito à diversidade religiosa. Pois, como afirma Habermas, “entre as sociedades modernas, somente aquelas que levam o essencial de sua tradição religiosa, que transcende o puramente humano, ao âmbito da profanidade, podem salvar também a substancia do humano.” (ESTRADA, 2003, p.5)

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*. v.1: Hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As muitas moradas In: BEOZZO, José Oscar, pe. *Curso de Verão VII*. São Paulo, Paulus, 1993.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. Tradução de Marta Ekstein de Sousa Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo, Perspectiva, 1982.

CARON, Lourdes. *Entre conquistas e concessões: uma experiência ecumênica em educação escolar*. São Leopoldo: Sino-dal, 1997.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESTRADA, Juan Antonio. *Deus nas tradições filosóficas: da morte de Deus a crise do sujeito*. São Paulo: Paulus, 2003.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 20. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2001
_____. *Pedagogia do oprimido*. 12. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião*. Tradução do Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis, Vozes, 1978.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo, Paulinas, 1993.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de et al. *Ensino Religioso: Fundamentos e métodos*. São Paulo, Cortez, 2007.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas*. Ensino Religioso e formação docente. Organizado por Luzia Sena. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

SANDRINE, Marcos. *Religiosidade e educação no contexto da pós-modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHLÖGL, Emerli. *Ensino religioso: perspectiva para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio*. Curitiba: Ibpx, 2009.

SENA, Luzia. *Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo entre as religiões. *Vida Pastoral*, v. 48, n. 255, jul./ago. 2007, p.3-10

YUS, Rafael. *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

